

OUTRAS MATÉRIAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2015 A AGOSTO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.508.239,06	
Pessoal Ativo	20.263.280,90	
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.244.958,16	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)	---	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)	5.536.162,81	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.815.950,81	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	28.493,24	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.691.718,76	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.972.076,25	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.715.531.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	21.972.076,25	0,1240
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	35.431.062,00	0,20
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	33.659.508,90	0,19
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do 1º do art. 59 da LRF)	31.887.955,80	0,18
FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios		

Nota: Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Aline Ribeiro Brígido Responsável pela Assessoria de Planejamento e Finanças CRC-PA nº 013.994/O	Rogério Couto Felipe Controle Interno	Josué Costa Corrêa Analista Ministerial - Especialidade Ciências Contábeis CRC-PA nº 9.591/O-2
	Felipe Rosa Cruz Procurador-Geral de Contas do Estado	

Protocolo: 113308

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ

AVISO Nº 034/2016-CSMP

Faço público, a quem interessar possa, que a 18ª Sessão Ordinária do Conselho Superior será realizada no dia 29 de setembro de 2016, às 9h, no Plenário “Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes”, no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

Apreciação das Atas da 9ª Sessão Extraordinária, 13ª Sessão Ordinária e 14ª Sessão Ordinária, realizadas, respectivamente, em 29.06.2016, 14.07.2016 e 28.07.2016.

Indicação de Membro para funcionar em processo, nos termos do art. 57, parágrafo único, da LCE 057/2006:

2.1. Processo: 002003-116/2013

Requerente: Auditoria Geral do Estado - AGE/PA
Requerida: Secretaria de Estado de Transportes - SETRAN
Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar as irregularidades apontadas pelo Relatório de Auditoria nº. 113/2008, com relação a contratações de obras e serviços celebrados pela SETRAN no período de 28 de julho a 03 de setembro de 2008, quanto à Tomada de Preços nº 011/2008.

Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

3.1.1. Processo 001982-116/2013

Requerente: Vereador Iran Moraes
Requerido: Prefeitura Municipal de Belém
Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital
Assunto: Inquérito Civil 025/2009 Solicita providências no sentido de apurar a denúncia feita através do Jornal “Diário do Pará” sobre a possibilidade de desvio de recurso das obras do Projeto Portal da Amazônia na compra de “aterro fantasma”

3.1.2. Processo 000224-012/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Prefeitura Municipal de Bonito
Origem: Promotoria de Justiça de Bonito
Assunto: Apurar precárias condições estruturais e

de ensino da Creche/Escola Nilma Assad no Município de Bonito-PA.

3.1.3. Processo 000121-151/2015

Requerentes: Subprocuradoria-Geral de Justiça - Área Jurídico-Institucional
Requerido: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa
Assunto: Apurar supostas irregularidades na contratação direta do Instituto Casa da Ópera para prestação de serviço técnico de consultoria e coordenação geral das atividades necessárias à Programação dos Festejos dos 400 anos de Belém.

3.1.4. Processo 000358-808/2015

Requerentes: Viktumathura Viana da Silva; Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Erivando Oliveira Amaral; Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu-PA
Origem: 7ª PJ Cível de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, da Habitação e de Urbanismo - Altamira
Assunto: Apurar denúncia de irregularidades quanto à expedição de licença ambiental para a atividade de extração mineral de areia e seixo no leito do rio Xingu.

3.1.5. Processo 000034-012/2016

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Em Apuração
Origem: 5ª PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Probidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira
Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa praticados por servidores do Detran/PA no município de Altamira

3.1.6. Processo 000038-012/2016

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: D. C. M.
Origem: 2ª PJ Cível de Alenquer
Assunto: Apurar possível prática dos crimes de peculato e improbidade administrativa por servidora municipal de Alenquer

3.1.7. Processo 000253-911/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Prefeitura Municipal de Marabá; Associação Comercial e Industrial de Marabá
Origem: 11ª PJ de Marabá
Assunto: Averiguar possíveis irregularidades no convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Marabá e a Associação Comercial e Industrial de Marabá-ACIM.

3.1.8. Processo 000168-012/2015

Requerentes: A Coletividade
Requerido: Secretaria Municipal de Cultura de Santarém
Origem: 9ª PJ de Santarém
Assunto: Apurar possível prática de nepotismo na Secretaria Municipal de Cultura de Santarém e a eventual existência de funcionários fantasmas.

3.1.9. Processo 000170-440/2015

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Prefeitura Municipal de Ananindeua
Origem: 2ª PJ de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e de Urbanismo - Ananindeua
Assunto: Apurar suposta ilegalidade consubstanciada na omissão da prestação de serviços públicos de saneamento básico no loteamento Beira-Rio, em Ananindeua.

3.1.10. Processo 000293-110/2014

Requerentes: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Fundação Amazônica de Música - FAM
Origem: PJ de Tutela das Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.
Assunto: Apurar o descumprimento de procedimentos administrativos para prestação de contas finalísticas da Fundação Amazônica de Música, nos anos de 2007 a 2011.

3.2. Processos de Relatoria do Conselheiro RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES:

3.2.1. Processo 000080-012/2015

Requerentes: A Coletividade
Requerido: Fernando Edson dos Santos Loureiro
Origem: PJ de Santarém Novo
Assunto: Apurar emissão de ordens de pagamentos (cheques) em nome da Prefeitura Municipal de Santarém Novo, pelo